

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Thaís Andrade Magdinier

NEOLIBERALISMO E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Rio de Janeiro

2010

Thaís Andrade Magdinier

NEOLIBERALISMO E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde.

Orientador: José Victor Regadas Luiz

Rio de Janeiro

2010

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

Thaís Andrade Magdinier

NEOLIBERALISMO E SINDICALISMO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em vigilância em saúde.

Aprovado em: 22/ 12 / 2010

BANCA EXAMINADORA

---

(Dr. José Roberto Franco Reis - LABFORM / EPSJV / FIOCRUZ)

---

(Profª Ieda da Costa Barbosa - LAVSA / EPSJV / FIOCRUZ)

---

(Ms. José Victor Regadas Luiz - LABFORM / EPSJV / FIOCRUZ)

*Dedico este trabalho  
àquela borboleta que mesmo em dias de  
chuva não desiste de ir alegrar o jardim de  
minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho de conclusão de curso contei com o apoio de muitas pessoas, gostaria então de retribuí-las com este singelo agradecimento.

Agradeço à Deus em primeiro lugar, pois é Ele que me capacita e me dá forças para continuar, seja então dada à Ele toda a honra e toda a glória.

Sou de fato muito grata à minha banca avaliadora, Ieda Barbosa, José Roberto Reis e José Victor Regadas que me mostraram o caminho sob o qual eu deveria realizar esta pesquisa. Gostaria de agradecer em especial a José Victor Regadas por ter aceitado o desafio de me orientar, estando disponível a todo momento em que precisei. Sumariamente fica o meu agradecimento a todos os professores que no decorrer da minha jornada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio contribuíram para a minha formação tanto na área técnica e na formação geral quanto na formação de uma cidadã com um senso crítico que estava antes adormecido.

Fica o meu muito obrigado aos meus amigos Marcos Vinícius Cabral, Carlos Alberto Gonçalves, Darlan Santos, Renan Veltman, Ana Eduarda Soares, Nicolas Cavalcante, Guilherme Nunes, Rayra Silva, Tharine Soares e Karoline Farias, que partilharam comigo momentos de risos e lágrimas, cuja convivência tornou-se essencial para a formação de quem sou hoje. Agradeço à Sabrina Elen Miranda por ter dividido e partilhado comigo todos os momentos que vivi, nas horas de desespero me encorajava a seguir em frente e nos momentos de alegria se regozijava comigo.

Agradeço à minha avó Josefa Luzia de Andrade, meus tios Hércules Araújo e Marilza Sabino por sempre se mostrarem dispostos a me ajudar nos momentos em que preciso me aconselhando a cerca da vida que tenho pela frente. Por fim agradeço aos meus pais Harrison Magdinier e Isis Araújo, por terem investido e acreditado em mim, e mesmo quando em meio ao desespero me encorajavam a prosseguir.

A todos, muitíssimo obrigada!

*“Que ingenuidade pedir a quem tem poder  
para mudar o poder.”  
(Giordano Bruno)*

## RESUMO

Este trabalho aborda o movimento sindical no Brasil (sob seus aspectos históricos e sociológicos), perpassando os momentos de formação e seu desenvolver ao longo da história caracterizado ora por sua imponente atuação, ora pelo sussurro em meio à repressão, até alcançar os dias atuais de neoliberalismo vigente. Para que se chegasse até o sindicalismo no Brasil fez-se uma análise genérica de seu contexto de surgimento, como associações de auxílio mútuo na Inglaterra do século XIII, até alcançar o título de sindicalismo, e espalhar-se pelo mundo. Relata também, dentre os modelos político-econômicos, sob os quais o movimento sindical se sujeitava, o neoliberalismo, sendo este responsável por desencadear fortes mudanças no mundo do trabalho. Trata assim de sua experimentação e implantação nos países capitalistas centrais e sua expansão no decorrer dos anos de 1980, até sua implantação na América Latina, planejada através do consenso de Washington. Apresenta após tais temas, o desenvolver do movimento sindical no Brasil antes da implementação das reformas neoliberais avaliando as posturas assumidas quanto à estratégia de atuação, e as revê após sofrer a ofensiva neoliberal na década de 1990.

Palavras-Chave: Movimento Sindical Brasileiro. Neoliberalismo. Sindicalismo Propositivo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	8
1.2 METODOLOGIA.....	9
<b>2 CAPITALISMO E ORIGENS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA CLASSE TRABALHADORA.....</b>	<b>10</b>
<b>3 MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL (FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ 1980).....</b>	<b>15</b>
<b>4 SINDICALISMO NA ERA NEOLIBERAL.....</b>	<b>20</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história de todas as sociedades, como já dissera Marx e Engels, em seu conhecido Manifesto do Partido Comunista, “tem sido até hoje a história das lutas de classes”. Ainda segundo eles, a sociedade capitalista, apesar dos gritos de liberdade, igualdade e fraternidade, que marcaram seu nascimento sob as ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe: “Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiam no passado” (MARX; ENGELS; COGIOLA, 2005, p. 40). Além disto, a nova sociedade burguesa teria simplificado cada vez mais os antagonismos de classes “em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS; COGIOLA, 2005, p. 40). No processo de consolidação do capitalismo industrial, os operários, organizando-se contra a opressão do trabalho assalariado, acabaram forjando novas formas de luta, dentre as quais uma das mais importantes foi a formação de sindicatos. Neste sentido, Lênin, embora criticasse este tipo de organização (que tenderia a restringir a luta dos operários à esfera meramente econômica dos ganhos materiais, em detrimento da luta política do partido revolucionário), admitia que “os sindicatos representam nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união da classe” (LÊNIN apud ANTUNES, 2003b, p. 10).

Considerando que o nível de organização sindical sempre foi um termômetro capaz de medir o grau de organização e politização da classe trabalhadora e, conseqüentemente, a sua capacidade para pressionar a burguesia a ceder às suas reivindicações (quando não de afrontar radicalmente a sua ordem social), esta pesquisa teve como objetivo traçar um breve histórico do movimento sindical, sobretudo no Brasil, detendo-se, principalmente, na análise dos possíveis efeitos das reformas neoliberais e da reestruturação produtiva nas formas de organização da classe trabalhadora brasileira.

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Este trabalho de conclusão de curso possui, assim, como tema central, o sindicalismo brasileiro. O interesse por este assunto começou a ser formado na época em que cursava a 5ª série (atual 6º ano) do Ensino Fundamental, quando, em uma aula de história, tomei conhecimento de muitos movimentos sociais ocorridos no Brasil durante o século XX. Isto

despertou em mim um interesse pelos movimentos sociais de forma geral e, em especial, sobre o sindicalismo. Episódios aparentemente tão desconectos, como a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata, fizeram com que desde então me interessasse cada vez mais pela história dos movimentos operários, e a história dos sindicatos, sobretudo sua história recente, que tem colocado em dúvida muitos estudiosos sobre uma possível decadência desta forma de organização dos trabalhadores, tem aqui um lugar fundamental.

Neste sentido, considero que um relato sobre a história do sindicalismo, em particular o brasileiro, que abarque o sentido deste movimento no contexto das décadas de 1980 e 1990, caracterizadas pela reestruturação produtiva e pelas reformas neoliberais, é de importância vital para a compreensão da história dos movimentos da classe trabalhadora em busca de sua emancipação. Assim é que decidi estudar o impacto de tais transformações estruturais na vida do trabalhador e em suas formas de organização política.

## 1.2 METODOLOGIA

A proposta para o feitiço deste trabalho de conclusão de curso visa averiguar a ocorrência de possíveis mudanças significativas na postura das entidades sindicais, no que diz respeito às suas reivindicações e à forma como estas foram feitas no contexto de reformas neoliberais. Para tanto fez-se uma análise, típica de trabalhos monográficos, da literatura especializada, composta, principalmente, por autores como Ricardo Antunes, Marcelo Badaró Mattos, Armando Boito Júnior e Adalberto Cardoso. A partir da leitura desses estudiosos sobre o movimento sindical brasileiro, pode-se perceber que há uma tese comum defendida por todos eles, de que ocorreram mudanças significativas no sindicalismo brasileiro nas últimas décadas ocasionadas tanto por transformações na “morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2003a), correspondentes à reestruturação do modelo de acumulação, de uma matriz “fordista-keynesiana” para uma mais “flexível” (HARVEY, 1992), quanto pelas reformas políticas levadas a cabo a partir dos anos 1990, na “década neoliberal” (CARDOSO, 2003). A principal mudança teria sido, conforme Boito Júnior (1999), uma transição de uma atitude mais “combativa”, de confronto político-ideológico, para uma mais “propositiva”, de adaptação à ordem vigente, por parte dos sindicatos.

Uma das questões desta monografia é saber como ocorreu essa transformação no seio do movimento sindical brasileiro. Propôs-se, assim, em função dos pontos de vista abordados pelos autores, analisar o contexto histórico dessas modificações, observando, acima de tudo, o

cenário de hegemonia neoliberal e seus impactos nas formas de organização sindical da classe trabalhadora brasileira.

## 2 CAPITALISMO E ORIGENS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA CLASSE TRABALHADORA

Na tentativa de compreender os rumos tomados pelo movimento sindical brasileiro nas décadas de 1980 a 1990, período caracterizado pela reestruturação produtiva e pelas reformas neoliberais, traçaremos, ainda que brevemente, o histórico do sindicalismo ao redor do mundo e a implantação do modelo neoliberal no mundo capitalista, tomando como ponto de partida as primeiras formas de organização operária na Inglaterra durante a segunda metade do século XVIII período marcado pelo intenso processo de desenvolvimento industrial.

A implantação de máquinas a vapor transformou as manufaturas em grandes indústrias modernas, estruturando os novos alicerces para o modo de produção da sociedade capitalista. A intensificação da produção fabril, ao mesmo tempo em que incrementou o acúmulo de capital da burguesia, levou a grande massa de trabalhadores assalariados a uma condição de vida miserável, despertando então as primeiras manifestações de revolta operária, a exemplo do movimento Luddista<sup>1</sup>. A mecanização, tendo despertado a hostilidade dos trabalhadores perante as demissões em determinados setores fabris, implicou para todos uma visível perda profissional, principalmente para os antigos artesãos, rebaixados agora à condição de operários assalariados, dado que a técnica associada à máquina, não só simplificava a atividade laboral, mas, posta a serviço da grande indústria capitalista, aviltava o trabalhador. Estes encontraram, então, na destruição das máquinas uma forma de exteriorizar seus protestos; tratava-se de uma destruição seletiva, direcionada, sobretudo, para aquelas de mais alto custo, responsáveis pela demissão de um número maior de operários. Distinguindo-se de um ato de vandalismo, porém, “a destruição [ainda que representasse] uma forma desesperada e violenta de luta [tinha como objetivo] [...] regressar a formas de trabalho anteriores, ou de fazer frente a reduções salariais, uma vez que era preciso competir com a maior produtividade da máquina” (PIQUERAS, 1995, p. 18). A destruição mostrou-se, assim, uma forma, ainda que primitiva, de pressionar os detentores dos meios de produção, para que melhorassem as condições salariais e de trabalho. Portanto, podemos tratá-la como uma primeira estratégia de caráter sindical, dado o período inicial de industrialização, por meio da “negociação coletiva através da arruaça (/motim)” (HOBSBAWM, 2000, p. 21). Apesar de bem divulgado por atentar contra um dos principais símbolos do progresso, o Luddismo não teve muitos resultados,

---

<sup>1</sup> No primeiro momento da revolução industrial, na Inglaterra do século XVIII, os artesãos (e posteriormente operários fabris) expressavam seus protestos destruindo as máquinas. O Luddismo foi assim nomeado “segundo a tradição de apoiar as lutas populares com um nome lendário, os amotinados assinaram as suas exigências e ameaças com ‘Ned Ludd’, libertador imaginário disposto a fazer mudanças nos lugares mais distantes” (PIQUERAS, 1995, p. 18)

devido à sua forma isolada e limitada de realização; mais ainda, teve parte da sociedade contra os operários que considerou sua forma de revolta como uma expressão de inexprimível brutalidade. Precisava-se então de uma forma mais eficiente de reivindicação que representasse os operários.

Contudo, havia sérias dificuldades. A relação entre patronato e operariado era tratada com base em critérios individuais de contrato. Sendo assim, não podendo ser influenciada por nenhum tipo de pressão coletiva que “desequilibrasse” a relação “harmônica” entre as partes contratantes, o direito de associação neste caso era expressamente proibido. A burguesia dizia que uma organização dos trabalhadores na busca pelo aumento salarial e redução das jornadas de trabalho, feriria os direitos “naturais” do empregador de regulamentar o trabalho realizado no interior de suas propriedades (indústrias) como bem entendesse. Foi assim que, somente em 1824, o parlamento inglês, por pressão dos trabalhadores, sancionou a lei que permitia a livre associação sindical, direito até então restrito às classes dominantes. Desde o século anterior já havia formas de associações sindicais clandestinas; estas, porém, eram reprimidas violentamente, o que impedia sua articulação e desenvolvimento. Com a garantia do direito de associação, começaram a surgir entidades associativas formadas por indivíduos que tinham o mesmo ofício e a mesma especialidade dentro deste, reivindicando salários iguais para as mulheres e melhores condições de trabalho. Surgidas no final do século XVIII, as uniões sindicais (*trade-unions*), desenvolveram-se por toda a Inglaterra ganhando força na luta operária contra a exploração capitalista. Deu-se início, então, através das *trade-unions*, à regulamentação dos salários em função do lucro, de forma a negociar a implantação de uma escala salarial, forçando sua aceitação por meio de greves diante da rejeição. O sindicalismo (ainda que não fosse assim denominado), forneceu, portanto, as bases para a atuação política independente da classe operária (PIQUERAS, 1995).

Conforme o relato de Antunes (2003a p. 16), “em 1930, constituiu-se uma associação geral de operários ingleses – a ‘Associação Nacional para a Proteção do Trabalho’ – cujo objetivo era atuar como central de todos os sindicatos”. Sendo o principal meio de resistência à diminuição dos salários e apoio aos grevistas, tal associação logo se tornou uma ameaça ao patronato, já que, por vias legais, conseguiam ameaçar seu sistema de acumulação de capital. Em resposta, os capitalistas passaram a demitir em massa os operários, investindo ainda mais no incremento das máquinas, a fim de, em primeiro lugar, aumentar a sua produtividade, mas também de enfraquecer o movimento sindical, o que de fato acabou levando vários sindicatos à extinção. A partir disto pode-se notar o quão árdua tem sido a luta entre o proletário contra a subordinação ao capital.

Mesmo que historicamente tais associações fossem caracterizadas por momentos de derrotas e vitórias, não se pode discordar do fato de terem sido a primeira tentativa efetiva de organização dos trabalhadores. Com tantas batalhas, em alguns momentos os operários conseguiram forjar um sentimento de solidariedade, reduzindo a concorrência anteriormente existente.

Não se limitando à nação inglesa, o movimento sindical revelou-se fundamental para o avanço das lutas operárias em diversos outros países. Conforme o capitalismo se expandia, as lutas sindicais também se espalhavam. Assim, em setembro de 1864, um grupo composto por delegados de organizações operárias das mais variadas correntes de esquerda fundou, em Londres, a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), cujos Estatutos Gerais foram redigidos por ninguém menos que Karl Marx. Tal associação, que passou à história como a 1ª Internacional Comunista, tinha, na sua origem, como princípio, a idéia de que “a emancipação das classes operárias tem de ser conquistada pelas próprias classes operárias”.<sup>2</sup> Assim, a busca do proletariado pelo fim da exploração de classe dava seu primeiro grande salto. Em 1866, como expressão da evolução da lutas operária no mundo, ocorreu o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em que se orientou o papel a ser exercido pelas organizações sindicais. Conforme as palavras de Antunes:

Estas associações devem não só lutar contra os ataques do capital, como também devem trabalhar conscientemente como locais de organização da classe operária em busca do grande objetivo que é a sua emancipação radical. Devem ajudar qualquer movimento social ou político que tenha esta direção.

---

<sup>2</sup> Trata-se da primeira frase dos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores, publicado, sob a forma de folhetos, em inglês e em francês, em Novembro-Dezembro de 1871, e, em alemão, em Fevereiro de 1872. Em 28 de Setembro de 1864, teve lugar uma grande reunião pública internacional de operários no St. Martin's Hall de Londres; nela foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (mais tarde conhecida como Primeira Internacional) e eleito um Comitê provisório, que contava Karl Marx entre os seus membros. Marx foi depois eleito para a comissão designada a 5 de Outubro, na primeira sessão do Comitê, para redigir os documentos programáticos da Associação. A 20 de Outubro a comissão encarregou Marx de rever o documento por ela preparado durante a doença de Marx e redigido no espírito das ideias de [Mazzini](#) e [Owen](#). Em lugar desse documento, Marx escreveu de fato dois textos inteiramente novos — a Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores e os Estatutos Provisórios da Associação —, que foram aprovados na sessão da comissão de 27 de Outubro. Em 1 de Novembro de 1864 a Mensagem e os Estatutos foram ratificados por unanimidade pelo Comitê provisório, que se constituiu em órgão dirigente da Associação. Este órgão, que entrou na história como Conselho Geral da Internacional, foi predominantemente denominado Conselho Central até finais de 1866. Karl Marx foi de fato o dirigente do Conselho Geral. Foi o seu verdadeiro organizador, o seu chefe, o autor de numerosas mensagens, declarações, resoluções e outros documentos do Conselho. Na Mensagem Inaugural, primeiro documento programático, Marx conduz as massas operárias à ideia da necessidade de tomar o poder político, de fundar um Partido proletário independente e de assegurar a união fraterna entre os operários dos diferentes países. Publicada pela primeira vez em 1864, a Mensagem Inaugural foi muitas vezes reeditada ao longo de toda a história da Primeira Internacional, que deixou de existir em 1876. Os *Estatutos Gerais* foram adotados em Setembro de 1871 na Conferência de Londres da Associação Internacional dos Trabalhadores. Na sua base encontravam-se os *Estatutos Provisórios* elaborados por Marx em 1864 ao ser fundada a Primeira Internacional. Em Setembro de 1872, o [Congresso da Haia](#) adotou uma resolução, redigida por Marx e Engels, sobre a inclusão nos *Estatutos*, depois do artigo 7, do artigo adicional, 7a, “Sobre a ação política da classe operária”.

O proletariado iniciou um processo de luta, desencadeando desde reivindicações puramente econômicas até movimentos propriamente políticos, como o Cartismo na Inglaterra, as Revoluções de 1848 em França e Alemanha e a célebre Comuna de Paris de 1871. Em todos estes eventos a participação da classe operária foi decisiva. (ANTUNES, 2003 b, p. 19)

A partir daí, contudo, o movimento sindical separou-se em tendências diferentes; a vertente originada das *trade-unions* pautava suas reivindicações predominantemente no âmbito econômico. Uma segunda, surgida no final do século XIX, tendo como seus principais teóricos inspiradores o francês Georges Sorel e o italiano Arturo Labriola, conhecidos como “sindicalistas revolucionários”, defendiam, em oposição à corrente reformista que se tornara predominante no interior da 2ª Internacional Socialista, o princípio da mobilização em massa dos trabalhadores pela greve geral, a fim de solapar as estruturas de dominação econômica da burguesia, sem se deixar macular pelo processo de reforma parlamentar a qual aderira alguns dos principais partidos socialistas europeus, desencadeando, assim, o estopim da luta de classe que levaria o proletariado à vitória final sobre o capitalismo. Uma quarta tendência, de caráter “anarco-sindicalista” e “conselhista”, tomou vulto no início do século XX negando igualmente a preponderância do partido político e sua luta pela conquista do Estado: este deveria, pura e simplesmente, ser destruído, e os sindicatos, sob a forma de conselhos de fábrica ou conselhos operários, deveriam se constituir no núcleo de toda e qualquer organização política e produtiva da nova sociedade sem classes. O ideal conselhista também ganhou muitos adeptos no seio do movimento comunista, ligado à 3ª Internacional, ainda que, neste caso, não se negasse o papel vital do partido na organização política do proletariado, papel este que, no entanto, deveria ser dividido com organizações autônomas dos trabalhadores: um meio de se evitar o autoritarismo de uma vanguarda do partido afastada de sua base de massa, bem como de sua cooptação pelo reformismo pequeno-burguês. Lênin, no entanto, mesmo percebendo as motivações legítimas destes, não deixou de apontar-lhes o “oportunismo” e a “infantilidade” de suas opiniões. Neste sentido é que ele afirmou que o resultado de tal empreitada significava a negação do partido e da disciplina partidária. E isso equivalia a desarmar totalmente o proletariado em proveito da burguesia. Igualando precisamente à dispersão, instabilidade, incapacidade de dominar-se para unir-se e atuar de modo organizado, defeitos típicos da pequena burguesia, que, se tratados com indulgência, acarretam a ruína de todo movimento revolucionário da classe proletária.(LÊNIN, 1920).

É conhecida a opinião do líder da Revolução Russa de que, a despeito de importância histórica dos sindicatos para a organização da classe operária:

[...] o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta justamente na subordinação à ideologia burguesa [...], pois o movimento operário espontâneo é o sindicalismo, [...]: ora, o sindicalismo é justamente a escravidão ideológica dos operários pela burguesia. Por isso, nossa tarefa, a da social-democracia, é combater a espontaneidade, desviar o movimento operário dessa tendência espontânea que apresenta o sindicalismo, de se refugiar sob as asas da burguesia, e atraí-lo para a social-democracia revolucionária (LÊNIN, 1902, p.32).

Contudo, apesar dos esforços de Lênin de conferir ao movimento sindical um caráter comunista (onde a visão reivindicativa no âmbito econômico seria superada por uma luta pelo fim do regime capitalista de produção e, por conseguinte, pelo fim do trabalho assalariado), a forma de luta sindical que mais se desenvolveu no mundo foi o *trade-unismo* reformista, o que se deve, principalmente à derrota do movimento comunista internacional, com a liquidação de várias insurreições revolucionárias, não apenas na Europa, mas também na China (1927), no período entre guerras, e, sobretudo, pela ascensão de governos nazi-fascistas, e à emergência de um novo padrão de organização social e econômica capitalista, keynesiano-fordista do Pós-2ª Guerra Mundial (ANTUNES, 2003b).

### **3 MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL (FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ 1980)**

O nascimento da classe operária no Brasil se dá somente a partir da segunda metade do século XIX “vinculada ao processo de transformação na nossa economia agro-exportadora (possibilitando a criação do) trabalho assalariado em substituição ao escravo” (ANTUNES, 2003b, p. 39). Isto trouxe consigo também as primeiras lutas da classe operária brasileira. Esta, porém, somente tomou corpo no início do século XX com o surgimento das primeiras indústrias no Brasil, localizadas inicialmente nas cidades do Rio de Janeiro, de Juiz de Fora e posteriormente em São Paulo. As uniões operárias foram então organizadas por ramo de atividade dando origem aos sindicatos, que, segundo Antunes (2003b), pretendiam alcançar os direitos fundamentais do trabalho.

Em 1906, como resultado dessas primeiras lutas, ocorre na capital, Rio de Janeiro, o I Congresso Operário Brasileiro, contando com a participação das duas tendências sindicais existentes na época; a anarco-sindicalista e a socialista, obtém-se um total de 43 delegados provindos, em sua grande maioria, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Inicia-se assim a formação de bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) cuja luta direcionada à reivindicações básicas sendo caracterizada também por sua solidariedade a operários de outros países. Ainda neste congresso foi tomada a decisão para a realização de uma greve geral nacional a se iniciar no dia 1º de maio de 1907 em reivindicação à jornada de 8 horas diárias. A greve geral realmente ocorreu e teve resultados positivos nas principais cidades do país e ainda que não estabelecida as 8 horas, houve uma diminuição da carga horária. O período compreendido entre 1917 e 1920 caracterizou-se por um número elevado de greves nos grandes centros, sobretudo sob influência do anarco-sindicalismo. Estas greves, desencadeadas pela crise de produção ocorrida após a I Guerra mundial e pela brusca diminuição dos salários, corresponderam, segundo Antunes (2003b, p. 42), ao ápice do movimento anarquista, que era até o presente momento a liderança mais expressiva do movimento o proletário brasileiro.

Os anarco-sindicalistas, apesar da grandiosidade de suas lutas, logo se “extingiram”, pois diante de uma classe operária recém formada não cabia um movimento cujas reivindicações estivessem somente no âmbito econômico. Por estarem sempre negando a luta política (indo contra a formação partidária) acabou por estagnar-se nos avanços necessários para a luta operária. Isolado física e ideologicamente tornou-se um alvo fácil à repressão estatal acarretando uma corrente migratória de seus militantes para a adesão à causa socialista. Influenciados pelo êxito da revolução socialista na Rússia junto ao operariado brasileiro, fundaram em 1922 o Partido Comunista, dava-se assim o primeiro passo para uma Revolução no Brasil. Organizado basicamente em torno do movimento sindical o Partido comunista via-

se constantemente à frente de congressos sindicais, visando alcançar com estes a união de todos os sindicatos que tenham sua luta influenciada pelo comunismo.

Vale lembrar que desde o surgimento dos sindicatos o Estado tenta controlá-los infiltrando-se em suas lideranças transformando-os nos denominados “sindicatos amarelos” (sindicatos governistas). Não distante disto, em 1921, o Estado Republicano, que começava a mostrar sinais de fraqueza ou ao menos, enunciava seu temor perante a uma possível ameaça comunista (perante o crescimento deste movimento na Europa), reforçada posteriormente com a criação do Partido Comunista (P.C.), fundou o conselho nacional do trabalho alcançando com este a contenção de grande parte da massa operária agregando-na aos seus “núcleos de controle absoluto” (Sindicatos Amarelos). Como uma forma de alcançar a ordem desejada o Estado, sob o governo de Vargas, cria em 1930 o Ministério do Trabalho acoplando os sindicatos ao “corpo” do Estado. Intuito este explícito com a criação da “Lei de sindicalização” (decreto 1970) de 1931. Nesta continha, entre outras regulamentações, a definição de sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado e a proibição da execução de atividades políticas ideológicas em seu interior. (MATOS, 2009)

“Pode se dizer que o único ponto favorável para a classe operária nesta lei – definida pelos operários como ‘súmula da ‘carta del lavoro’ do fascismo italiano’ – foi garantir o sindicato único por categoria. De resto atrelava as entidades sindicais ao Estado” (ANTUNES, 2003b, p. 47). Não é de se espantar que grande parte da classe operária tenha reagido diante de tal lei. Não se sujeitando às normas oficiais, o movimento sindical intensificou o número de greves conquistando com estas a jornada de 8 horas de trabalho, descanso semanal remunerado, regulamentação do trabalho feminino e infantil (trabalho do menor de idade), lei de férias para todas as categorias. Apesar de tantas conquistas o movimento sindical no decorrer da Era Vargas manteve-se limitado devido à imposição de ilegalidade a tudo que pudesse representar um segundo passo à Revolução Comunista Brasileira. Firmava-se então o “peleguismo” (um sindicalismo distante da classe operária sem ideologia vinculada ao social), que segundo Antunes tratava-se de uma estrutura sindical “vertical e subordinada ao Estado” (ANTUNES, 2003b, p. 49).

No início da década de 1940 a ditadura do Estado Novo já se mostrava debilitada, apontando para a necessidade de uma redemocratização. Vargas promoveu então algumas reformas liberalizantes como; a anistia de presos políticos, convocação das eleições para a constituinte e o reconhecimento partidário, na tentativa de controlar tal processo. Quando em 1945 é derrotado o Nazi-fascismo no plano internacional, e nacionalmente posto o fim na ditadura estadonovista, deu-se início à efetivação da democracia. O movimento sindical

finalmente conseguiu avançar; iniciou-se a substituição das lideranças sindicais pelegas, criou-se o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), uma organização intersindical com o objetivo de manter uma estrutura horizontal entre as entidades sindicais.

O crescimento do processo de organização levou à convocação, para setembro de 1946, do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro. O grupo de comunistas e militantes ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que já atuava em conjunto no MUT, defendeu nesse congresso a autonomia dos sindicatos. Grupos ministerialistas retiraram-se do evento e exigiram do Ministério [do Trabalho] o seu fechamento. (MATOS, 2009, p. 80)

Em 1947 o general Dutra, que havia assumido o governo no ano anterior, após ter “assistido a cerca de 60 greves somente nos seus primeiros dois meses (de governo)” (MATOS, 2009, p. 81) declarou a ilegalidade do PC e deu início a uma nova fase de repressão explícita ao sindicalismo de caráter combativo. Tais medidas estancaram os avanços do movimento sindical.

No início da década de 1950, Getúlio Vargas em seu último governo, eleito com um discurso apelativo trabalhista e nacionalista, que de certa forma permitiu um certo desenvolvimento do sindicalismo, pretendia dar continuidade às políticas – ditas por sociais – que iniciara em 1930, aproveitando-se deste momento o movimento sindical burlava a repressão e alcançava novamente grandes proporções. As greves voltaram a estourar por todo Brasil e outras organizações intersindicais foram criadas. O discurso trabalhista de Vargas, porém, não seria suficiente para cobrir as contradições existentes em seu governo, situação agravada pela intensa força dos partidos anti-varguistas. Em 1955, Juscelino Kubitschek assume a presidência da república, num período em que o país vivenciava uma forte modificação no âmbito econômico. Com sua política econômica de desenvolvimento centralizada (Plano de Metas; 50 anos em 5) Kubitschek direcionara e preparara a economia brasileira para receber o capital estrangeiro, resultando no progresso esperado. Para se ter uma idéia, segundo Mattos:

No caso da infra-estrutura, o setor energético assistiu a um aumento da produção de energia elétrica de cerca de 50% [...] e a produção de petróleo saltou de 2 milhões de barris por ano em 1955 para 30 milhões em 1960. O chamado ao capital estrangeiro resultou em um incremento da produção de bens de consumo duráveis. (MATTOS, 2009, p. 90)

Nos primeiros anos da década de 1960 este plano econômico já se mostrava debilitado, a taxa inflacionária subia devido ao endividamento externo oriundo da necessidade de sustentar os investimentos públicos. Há quem denomine a junção entre o último governo de Vargas e o governo de Kubitschek de a Era do Gigantismo. Como de costume, ao menor sinal

de fraqueza do Estado o movimento sindical aproveitou-se para realizar greves, levando à convocação, em agosto de 1960, do III Congresso Sindical Nacional na cidade do Rio de Janeiro. Em 1962 aconteceu em São Paulo o IV encontro Sindical Nacional, neste foi aprovada a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); composto de dois representantes de cada federação. Nesse encontro aprovou-se também “O ‘Plano de Ação Imediata’[este] previa, além das demandas econômicas [...], uma ‘campanha de esforços pelas reformas de base’, que seria o guia da atuação política do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) nos dois anos seguintes” (MATTOS, 2009, p. 93). Enquanto isso a política passava por uma situação de crise entre a renúncia de Jânio Quadros e a conturbada ascensão de seu vice, João Goulart, possibilitada somente pelo levante popular efetivado pelo movimento sindical através de “uma ampla campanha pela ‘legalidade’ [...] através das greves [...]” (MATTOS, 2009, p. 97). Com a deposição do parlamento militarista em 1963 Jango assume em fim a presidência do país. Não tardou muito até que os militares retomassem o poder. Em 31 de março de 1964, um golpe militar deporia João Goulart, as organizações sindicais e o CGT ficaram impedidas de se manifestar com a prisão de suas lideranças. O temor desencadeado durante o governo de João Goulart da implantação de uma “República Sindicalista” (ANTUNES, 2003b, p. 58) resultou além das prisões em extinção das principais organizações sindicais, reforçando o papel do sindicato como um órgão intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora, não ultrapassando seus deveres assistenciais. Deu-se início à denominada por Antunes (2003b, p. 58) de “Longa noite do sindicalismo brasileiro”. Este primeiro período da ditadura militar foi caracterizado, no que diz respeito aos sindicatos, como um momento de desmobilização social e aumento da exploração da classe trabalhadora. A nova política econômica instaurada estabeleceu o arrocho salarial, capital este que seria direcionado aos pagamentos das dívidas externas e internas, e daria base para que em 1968 ocorresse o milagre econômico brasileiro. Isto é milagre para as camadas dominantes da sociedade que se deitavam sob a perda das conquistas que a classe trabalhadora obteve nos momentos anteriores ao golpe de 1964.

Numa nova conjuntura, após os primeiros anos de repressão, anunciava-se a intenção do governo de promover uma relativa abertura política. Em meio a outros discursos oficiais que sinalizavam em direção à liberalização do regime, o Ministro do trabalho do governo Costa e Silva – Jarbas Passarinho – anunciaria, em 1967, seu apoio à “renovação sindical”. Nesse momento tornaram-se menos frequentes, embora não inexistentes, as degolas de dirigentes eleitos e surgiu espaço para a formação de movimentos intersindicais contrários à política salarial, [...] os dirigentes sindicais que estavam à frente desse(s) movimento(s), em geral herdeiros da atuação dos comunistas em aliança com os trabalhistas nos anos pré-golpe, [...] (estavam diante da) difícil missão de equilibrar as propostas de maior mobilização das bases para resistir à ditadura, com os apelos constantes à calma e moderação na

resistência [...] diante do medo de afastamento dos postos dirigentes dos sindicatos oficiais [...] (MATOS, 2009, p. 106)

O final da década de 1960 e início dos anos de 1970 foram marcados pelo endurecimento do regime militar. Em fins de 1968 foi decretado o Ato institucional n 5º (AI-5), este para os sindicatos significou uma repressão violenta e a remodelação da forma de atuação sindical. Diante disto, somente nos últimos meses de 1977 foi que a classe operária conseguiu dar os primeiros passos para um processo intenso de mobilização operária e sindical preparando para as atuações grevistas de 1978 que, segundo Antunes (2003b), resultou em uma incomparável vitória da classe operária. Diante do despreparo do patronato para conter as reivindicações, declarava-se vitória aos operários que iniciaram uma forte luta contra o arrocho salarial – principal pilar para a contenção da classe operária na instauração da ditadura logo após o golpe de 1964 – desta forma invalidava-se toda a legislação sindical repressiva, dando início ao rompimento da “estrutura sindical atrelada ao Estado [...] incorporava-se definitivamente como classe fundamental que é, na luta pela democratização da sociedade brasileira” (ANTUNES, 2003b, p. 65) estavam prontos, assim os alicerces para futuras atuações políticas.

#### **4 SINDICALISMO NA ERA NEOLIBERAL**

Durante o século XX, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, o mundo experimentava um novo modelo de acumulação fordista-keynesiano. Desencadeando um período de relativa prosperidade econômica e social, principalmente nos países capitalistas avançados, o movimento sindical viveu um de seus momentos mais vigorosos (acontecimento que também se deu, por pouquíssimo tempo antes de se retomar a repressão, no Brasil recém saído da ditadura do Estado Novo). Porém, como bem destacou David Harvey (2008), muitas de suas conquistas, como o aumento salarial e até mesmo a garantia de direitos sociais por parte do Estado, estavam condicionadas, ainda que só indiretamente, a um “compromisso de classe” entre trabalhadores (que aceitariam limitar suas reivindicações a formas institucionalizadas de protesto, sem se insurgir contra a ordem social burguesa) e capitalistas (que aceitariam conceder melhorias nas condições materiais de vida dos trabalhadores, inclusive por meio de reformas do Estado, desde que se mantivesse o pacto sobre o aumento da produtividade do trabalho). Este compromisso de classe teria perdurado, salvo alguns abalos esporádicos, até a década de 1970, quando uma grave crise econômica — marcada pela crise do preço do petróleo — levou muitos países a enfrentarem um aumento do desemprego e também da inflação. Colocando em xeque todos os fundamentos da chamada “era de ouro do capital” — a política econômica keynesiana e o Estado de Bem Estar Social. Vale lembrar que enquanto o mundo capitalista Europeu e Norte Americano previa no final da década de 1960 uma forte crise econômica que acarretaria o fim de todo um modelo de acumulação do capital, o Brasil vivia em 1968 o chamado milagre econômico e o enrijecimento da ditadura militar.

Posto que, justamente no momento de crise em que as políticas keynesianas e o *welfare state* seriam supostamente indispensáveis para a recuperação do crescimento econômico e para a proteção ao trabalhador, é que eles acabaram falhando. Desta forma, o “compromisso de classe” entre trabalhadores e capitalistas, bastante instável desde o final da década de 1960 (quando em muitos países a luta sindical passou a se aproximar perigosamente de uma luta política contra a burguesia e seus governos)<sup>3</sup>, sucumbiu de vez às imensas pressões da crise econômica.

Neste contexto de crise econômica, com acentuada queda da taxa de lucro do capital (HARVEY, 1992), e de ampla mobilização dos trabalhadores, inclusive contra as lideranças sindicais alinhadas aos interesses do Estado e grandes corporações (a chamada “burocracia ou

---

<sup>3</sup> Podemos citar, como exemplo, a greve geral convocada pelos operários em maio de 1968 na França, e alguns movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, como os *Black Panthers*, sem falar na imensa radicalização dos movimentos operários em vários países da América Latina, muitos dos quais ligados diretamente a partidos socialistas e comunistas.

aristocracia sindical”), impulsionada pela deterioração dos salários reais, mas também pela crescente insatisfação dos operários com o ritmo fordista desgastante de trabalho nas fábricas (BERNARDO, 2004), a burguesia internacional rapidamente se rearticulou em torno de um projeto neoliberal de reformas, a fim de eliminar as regulamentações impostas ao capital (não apenas ao capital financeiro, mas também ao capital industrial) e reduzir ao máximo o papel do Estado como benfeitor social — o Estado, nas palavras de Milton Friedman (1977, p. 23), deveria se ater a sua função “essencial” de “árbitro” e “pôr em vigor as regras estabelecidas”, isto é, garantir os interesses das classes proprietárias. Assim, segundo Brunhoff (1991, p. 33), “enquanto o realismo keynesiano podia ser acompanhado de um certo reformismo social, que respondia a certas reivindicações operárias, não ocorre o mesmo com a nova ortodoxia, cujo realismo parece justificar o *laissez-faire*, o que provoca na prática uma contra-reforma”. Se, como atesta Harvey (1992, p. 135), “o período de 1965-1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo-keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo”, e se “toda tentativa de superar estes problemas encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora”, logo, a burguesia, se quisesse manter o seu poder de classe sobre os trabalhadores, teria que aproveitar a própria crise para pôr um fim ao “compromisso de classe” do pós-guerra. E foi exatamente isto que ela fez.

Em conseqüência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação e reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulação política e social bem distinta. A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo [...]. Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de inflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores [...]. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical — uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1992, p. 140)

É neste sentido que se deve considerar o neoliberalismo como uma “contra-reforma”, na acepção de Brunhoff (1991, p. 33), ou mesmo um projeto de “contra-revolução global”, na definição mais dura de Naomi Klein (2008, p. 88). Esta autora chega mesmo a comparar, quer dizer, a deduzir as reformas feitas em países capitalistas avançados como os Estados Unidos, durante o governo Reagan, e a Grã Bretanha, durante o governo Thatcher, das realizadas anos

antes em países capitalistas da periferia, como a Indonésia, na ditadura de Suharto, e o Chile, na ditadura de Pinochet, ambos diretamente assessorados, além da CIA, por fiéis seguidores das doutrinas econômicas de Milton Friedman (a “Máfia de Berkeley”, no primeiro caso, e os “Garotos de Chicago”, no segundo, contando este último, inclusive, com o suporte pessoal do guru). No centro das análises de Klein está a aversão partilhada por todos os neoliberais tanto em relação ao Estado de Bem Estar keynesiano dos países desenvolvidos, quanto em relação aos Estados desenvolvimentistas e populistas dos países subdesenvolvidos e, por conseguinte, a toda forma de organização sindical da classe operária. A motivação econômica que levou os generais Suharto e Pinochet a fuzilarem milhares de trabalhadores sindicalizados seria igual a que levou Thatcher a liquidar com o movimento dos carvoeiros na Inglaterra, e Reagan a não ceder um passo sequer no enfrentamento da greve dos controladores de vôo, nos EUA, muito embora seus métodos tivessem que ser diferentes. A primeira-ministra britânica se mostrava bastante familiarizada com o que denominou de “notável sucesso da economia chilena”, “um admirável exemplo de reforma econômica com a qual temos inúmeras lições a aprender”, no entanto, admitia, numa carta enviada a Friedrich Hayek (a quem Klein chama ironicamente de “santo padroeiro da Escola de Chicago”), os inoportunos que tal exemplo trazia. Escrevia ela:

[...] tenho certeza de que você vai concordar que, na Grã Bretanha, com nossas instituições democráticas e a necessidade de um alto grau de consenso, as medidas adotadas no Chile são completamente inaceitáveis. Nossa reforma deve ser alinhada com as nossas tradições e nossa Constituição. Em alguns momentos, o processo pode parecer dolorosamente lento. (THATCHER apud KLEIN, 2008, p. 159)

Tanto as reformas neoliberais do Estado, que pretendiam reduzir assistência pública à classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que priorizar uma política econômica anti-inflacionária, à custa de elevadas taxas de desemprego, quanto a reestruturação produtiva, baseada nas ditas práticas de “flexibilização” do trabalho (informalização, intensificação e terceirização), isto é, de precarização do trabalho, tiveram como conseqüência uma desigualdade social crescente, que, de acordo com Harvey (2008, p. 26), “tem sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que pode ser considerada estrutural em relação ao projeto como um todo”. Neste sentido, para os neoliberais, ardorosos defensores da velha ortodoxia da auto-regulação dos mercados, a crise, marcada pelo aumento da “insegurança socioeconômica” (CARDOSO, 2003), nem chega a ser uma categoria econômica. Como explica Brunhoff (1991, p. 34), “na perspectiva da regulação pelo mercado, existem no máximo desequilíbrios temporários, que geram flutuações de curta duração e que se corrigem por si mesmos”, de maneira que “as recessões e crises não são problemas, mas soluções: fazem parte da restauração do equilíbrio dos mercados. Afinal, como percebeu

Brunhoff (1991, p. 38), “a hipótese de uma taxa natural de desemprego natural é uma verdadeira arma de guerra contra a ação dos sindicatos e do Estado”.

Como consequência da crise foi necessária a implementação de um processo de reestruturação do capital para que este recuperasse seu ciclo produtivo. Tal processo foi denominado de reestruturação produtiva que, ao se expandir desencadeou inúmeros efeitos sob a reconfiguração tecnológica e organizacional das formas de produção. Como um desenrolar desta houve, segundo Cardoso (2003), o desaparecimento de profissões operárias ou gerenciais contribuindo para o crescimento contínuo no número de desempregos, indo além da taxa de desemprego natural (implícito na conjuntura do sistema capitalista), ou seja, extrapolava as necessidades de composição numérica do exército industrial de reserva. Com o fim do modelo socioeconômico keynesiano, e com a flexibilização do modo de produção extinguiu-se também a estrutura social de pleno emprego. A manutenção do desemprego deixou de ser controlada pelo Estado (o que de certa forma regulamentava as relações sociais) passando assim a depender das necessidades do mercado. O desemprego deixava, então de existir somente no âmbito conjuntural independentemente assim do nível de crescimento econômico, sendo agora, devido à transformação do modo de produção, estrutural. Tais mudanças tiveram influência direta no sindicalismo, as altas taxas de desemprego reduziram o contingente de associados (CARDOSO, 2003; BOITO JUNIOR, 1999). Aqueles trabalhadores que sobreviveram em seus empregos sofriam calados com o aumento do custo de vida desacompanhado de melhorias nas condições desta. A reestruturação produtiva traz na realidade o toyotismo em substituição ao modelo de produção taylorista-fordista, este busca instaurar um novo consciente operário. Apropriou-se de todo e qualquer pensamento para transformá-lo em capital, incentivando um maior envolvimento do indivíduo no processo de produção sob um pretexto de valorizar aquele trabalhador participativo e inovador. Possibilitando assim um sistema de recompensa, reaviva a competição entre os trabalhadores, provocando, juntamente com a intensificação do desemprego (devido às reformas neoliberais) que causara uma redução no contingente sindical, a desconstrução da consciência social. Tratava-se então de avaliar a situação e reformular as formas de resistência à opressão capitalista (agora flexibilizada e neoliberal).

Enquanto no cenário mundial as décadas de 1970 e 1980 representaram um momento de forte enfraquecimento do movimento sindical tendo em vista todas as implicações da reestruturação produtiva e da implantação do modelo político-econômico neoliberal, no Brasil tais décadas foram marcadas pelo “renascimento” paulatino do movimento sindical e por significativos avanços e mudanças no sindicalismo. Ressurgindo das cinzas deixadas pela

ditadura ao final da década de 1970, o movimento sindical alicerçava novamente a classe trabalhadora. Em agosto de 1981, ocorrera em São Paulo a 1ª conferência nacional da classe trabalhadora, era o primeiro encontro sindical de âmbito nacional desde o Golpe militar de 1964, dada a magnitude dessa conferência há de se concordar que seu papel foi fundamental para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No mesmo contexto do mundo sindical em que se deu a ocorrência desta conferência observava-se, paralelamente, uma ruptura no interior do movimento sindical onde tendências diferentes começaram a se apresentar. Uma destas tendências era composta pelos setores de maior importância de um sindicalismo mais combativo, classista, apontando assim para o Novo Sindicalismo. A segunda tendência, denominada unidade sindical, tratava-se de uma união entre os pelegos e a esquerda tradicional, defendendo um sindicalismo de perfil conciliador, mais moderado. Em 1983, como frutos destas diferenças nasceram as duas principais centrais sindicais brasileiras: A Central Única dos Trabalhadores (CUT), originada da tendência combativa e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que posteriormente teve seu nome trocado por Confederação/ Central Geral dos Trabalhadores (CGT). A CUT, aproveitando-se do contexto favorável ao desenvolvimento da década de 1980, conseguiu se estabelecer como adversária única tanto do Estado quanto do capital. Portou-se de tal forma que o crescimento do movimento sindical nos anos de 1980 correspondeu basicamente ao crescimento da CUT, com sua postura reivindicativa dando forte apoio à ação grevista. A CGT manteve-se estacionada por estar, segundo Antunes (2003b), atrelada à herança do sindicalismo da época getulista e daqueles sindicatos que cresceram durante a ditadura militar.

Nos anos finais da década de 1980, mais precisamente em 1988, foi promulgada a constituição brasileira (até hoje vigente). Segundo Antunes (2003b) tal constituição acarretou impactos no movimento sindical brasileiro. Dentre estes houve a permissão da associação sindical sem que fosse necessário a autorização do Estado, delegando assim certa autonomia aos sindicatos, e a autorização para sindicalização dos funcionários públicos. Entretanto, os impostos sindicais permaneciam, e os sindicatos mantiveram-se organizados por categoria profissional e não por ramo de atividade econômica. Portanto, é possível notar que a medida que os movimento sindical se emancipava avançando rumo aos interesses trabalhistas (isto é, no interior de sindicatos de caráter combativo), o Estado, seguindo uma tradição já instaurada, traçava maneiras de controlar seu crescimento. Assim, “se a década de 80 alterou significativamente o movimento sindical em nosso país, vê-se, entretanto, que a década de 90 será marcada por muitos outros embates, ações e transformações” (ANTUNES, 2003b, p. 75).

O neoliberalismo que chegou aos países capitalistas desenvolvidos por volta da década de 1980, como já dito anteriormente, alcançou o Brasil nos anos de 1990. Em resposta a tal situação os sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro e ao Partido Comunista do Brasil ingressaram em 1991 à CUT, no IV congresso nacional. Assumindo a presidência do Brasil em março de 1990, Fernando Collor de Mello avançou, segundo as palavras de Boito Junior (1999, p. 131), em sua “ofensiva do neoliberalismo”.

Esta ofensiva desencadeou uma mudança de direção da estratégia de atuação cutista. Mudança esta dirigida por uma corrente interna da CUT que veio crescendo no decorrer da década de 1980, até tornar-se majoritária, a Articulação Sindical, obtendo a aprovação de suas propostas diante da resistência de uma minoria comunista. Ainda em 1990, esta mudança se fez valer quando na cidade de Belo horizonte, durante a IV Plenária Nacional da CUT, a direção apresentou e “fez-se aprovar a idéia de um ‘sindicalismo propositivo’ [...] [desfazendo-se da postura assumida na década de 1980 passando a] elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado” (Boito Junior 1999, p. 131). A CUT abandonava com isto toda uma linha de ação estabelecida, rendendo-se, de certa forma, à política econômica assumida pelo Estado, abandonando sua identidade de um sindicato de confronto às imposições do capital aos trabalhadores. O histórico sindical da década de 1990 é traçado basicamente ao redor da CUT, Tendo em vista que esta aglutinava em sua grande maioria os sindicatos de cunho reivindicativo combativo, incluindo aqueles pertencente à vertente comunista do movimento sindical brasileiro. Diante disto a Central Única dos Trabalhadores revelava sua concepção a cerca do movimento sindical como parte integrante de um conflito que transcende a luta de classes. Essa desconsiderava a luta sindical como um passo em direção ao socialismo, e via o Estado como não sendo o responsável por determinar a dominação de classe, simplesmente pelo fato de pertencer ao conflito de classes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É bastante nítida a relação entre a extensa deterioração e precarização do trabalho causada pelo desemprego estrutural alimentado pela reestruturação produtiva flexível e pelas reformas neoliberais e as recentes mudanças na estrutura de organização sindical da classe trabalhadora nas últimas décadas, com o recuo em todas as frentes do “novo” sindicalismo. A princípio, podemos traçar os rumos que vem sendo trilhados pelo movimento sindical através de dois fatores. O primeiro, como dito, corresponde à reestruturação produtiva que juntamente com as ideologias e políticas neoliberais gerou uma deterioração na realidade do mundo do trabalho e no cotidiano do trabalhador, com a precarização e o desemprego em uma proporção abusiva. O segundo se refere a um sindicalismo deteriorado e submisso, porém não inativo, que, por vezes, tem incentivado a desmobilização trabalhista diante das mudanças estruturais do capitalismo, restringindo as lutas dos trabalhadores a uma postura meramente defensiva de reivindicação de benefícios e direitos outrora conquistados em momentos de maior ímpeto e combatividade, o que, por sua vez, também só foi possível diante de condições econômicas, políticas e sociais distintas.

Enfraquecidos pela dramática deterioração provocada, na década de 1990, pelo desemprego e precarização em grande escala e pelo distanciamento que crescia cada vez mais em relação a uma nova forma de ser da classe trabalhadora, os sindicatos passaram a se abrir a diálogos com o regimento estatal e corporativo, senão na teoria, pelo menos na prática, o que vem deixando evidente a sua dependência em relação à estrutura governamental, antes sempre objeto de forte crítica.

Quando tratamos do sindicalismo atual, no âmbito internacional, nos deparamos com autores afirmando que o movimento sindical está vivendo uma crise em escala global. Crise esta que o levará à decadência, pois os novos setores da classe operária, a emergir no século XXI, não apresentariam propensão à sindicalização. Baseado nesta afirmação, Boito Junior (apud SANTANA; RAMALHO, 2003) afirma que o ritmo e a intensidade com que se dá a crise sindical variam muito de acordo com o setor econômico e o país considerado, posto isto, nega logo em seguida que a crise possa estar acontecendo em escala global ao afirmar que, em países da Ásia e da Europa oriental o sindicalismo vem se desenvolvendo de forma positiva. Falar então de uma crise em escala global não corresponderia à realidade, porém é importante ressaltar que tal crescimento do movimento sindical ocorre em locais cuja sua atuação era ainda fraca e exígua, devido à sua formação recente. Desta forma, então, é correto afirmar que a crise, embora não seja global, é dominante nos países em que o movimento sindical pode ser considerado forte dado o tempo de sua formação e experiência de luta. Apropriando-se do histórico de desenvolvimento da consciência política do trabalhador, (quando em diversos

momentos alguns “extratos” da classe trabalhadora como funcionários públicos e médicos que se mantinham indiferente ao sindicalismo, passaram a compor um setor sindical amplo e ativo,) Boito Junior (1999) apresenta a classe trabalhadora como sendo, em sua grande maioria, propensa à sindicalização.

Notamos que uma das principais perdas do movimento sindical brasileiro nos dias atuais é de ter se transformado em um movimento adaptável às constantes mudanças da estrutura sindical e do mundo do trabalho, cada vez mais precarizado. Os novos processos produtivos surgidos com o neoliberalismo e o avanço da globalização tornaram maior o anseio de lucro por parte da burguesia. Tendo em vista que, o contexto histórico do século XX era propenso ao desenvolvimento do sindicalismo no Brasil (e no mundo). O movimento sindical contava com o apoio da expansão do socialismo para crescer, que embora fossem movimentos distintos poderiam se relacionar a fim de obter um desenvolvimento mútuo. No início da década de 1990, porém, o sindicalismo brasileiro presenciou a queda do socialismo e sofreu com a ofensiva neoliberal. Ficamos assim a concluir que, o caráter combativo que pensávamos ter se perdido foi na verdade, flexibilizado juntamente com os modos de produção e a disparidade entre as classes, a partir do momento em que houve a mudança do contexto. O neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a precarização das formas de trabalho e o desemprego estrutural são agora, o novo contexto, que no caso do Brasil exigiu do movimento sindical uma mudança de postura.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

\_\_\_\_\_. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003b.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2004.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRUNHOFF, Suzane de. **A hora e a vez do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1977.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KLEIN, Naomi. **A doutrina de choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.

LÊNIN, V. I. O comunismo "de esquerda" na Alemanha. Chefes, partido, classe, massa In: \_\_\_\_\_. **Esquerdismo: doença infantil do comunismo**. 1920. cap. 5. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/cap03.htm#topp>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Que fazer?** 1902. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap02.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; COGIOLA, Oswaldo (Org.). **Burgueses e proletários: manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 40-51.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Espressão Popular, 2009.

PIQUERAS, José Antônio. **O movimento operário**. Porto: Campo das letras, 1995.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

**BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Ed. Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo et al. (Org.). **Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: EPSJV/ FIOCRUZ, 2010.

BOITO JUNIOR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, 1996.

BRAGA, R. Mercadoria descartável. **Sociologia especial, ciência e vida**, São Paulo, ano I, n. 3, p. 40-47, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

\_\_\_\_\_. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Francisco Tarciso. **O projeto de pesquisa e o anteprojeto: metodologia científica**. São Paulo: Idéias e letras, 2008.

MORAES, Reginaldo C. “Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade”. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 13-24, set. 2002.

MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria C. **Projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2005. p. 64-68.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cezar Rocha da. Neoliberalismo: liberdade para destruir e desempregar. \_\_\_\_\_. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007. p. 65-68.

ROCHA, Sonia. **Renda e pobreza: os impactos do plano real**. Brasília, DF: IPEA, c1998.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**. São Paulo: Unicamp, 2002.